

IDENTIDADE NA CRIANÇA E PRAXIS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
DOUTORAMENTO EM PSICOLOGIA, ÁREA DE CONHECIMENTO DE
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Esperança do Rosário Jales Ribeiro

Provas concluídas em 29 de Março de 2001

RESUMO

A investigação desenvolvida teve como objectivos situar a diversidade de referenciais teóricos que permitem operacionalizar o conceito de identidade, e perceber o impacto que têm na narrativa dos educadores de infância. No enquadramento teórico-conceptual problematizou-se a noção (de identidade) atendendo à dimensão histórico-social, que lhe está subjacente, e às divergências emergentes no respeitante à explicação da sua génese.

Para o efeito, no âmbito do primeiro capítulo, caracterizou-se o modelo tradicional de conceptualização da identidade, que apelidámos de *representacionista*. Neste modelo, a identidade é entendida como “representação social” e traduz a “realização de um estado”. Trata-se de descobrir “quem se é”, em determinado momento (com particular realce para a fase da adolescência).

Analisámos ainda, na sequência de contributos de autores específicos (no âmbito do referido modelo), as noções de criança vigentes e as suas implicações pedagógicas. Destacámos nomeadamente o papel que alguns investigadores, do início do século XX (designado como “o século da criança”) tiveram no sentido de se passar a atribuir à infância uma importância fulcral no percurso de vida do ser humano.

Contudo, conforme vimos, aqueles que contribuíram para a valorização da noção de criança e emergência da noção de infância, fizeram-no, de uma maneira geral, sob a influência do contexto interpretativo vigente de apologia do ser humano enquanto ser “isolado”, na relação com os outros (para esta significação contribuiu a psicologia em geral, e particularmente a psicologia do desenvolvimento). Mostrou-se que a perspectiva de criança que maior ênfase e impacto teve na didáctica da educação de infância foi a que a caracterizou como “adaptativa e activa” estando, por sua vez, associada a uma *pedagogia centrada na adequação ao desenvolvimento*.

No segundo capítulo, caracterizou-se um modelo mais recente de conceptualização de identidade, definido como *dialógico*. Agora a identidade não é uma substância escondida no “interior da mente” (reificação) mas uma narrativa que o ser humano conta sobre si próprio. Tem a ver com as teorias que o sujeito está capaz de elaborar sobre si e resulta de um processo de construção ao longo da vida. Trata-se agora de saber “que histórias aprendemos a contar sobre nós próprios”. No âmbito da caracterização deste modelo demos destaque ao construcionismo social. Este movimento, recorrendo a códigos semânticos, sociais e ideológicos: *i*) valoriza a criança na sua capacidade de atribuir significados, de forma mais abrangente do que se supunha até aqui (em consonância com a sua curta história de vida, e os contextos socioculturais onde se integra), *ii*) atribui uma maior ênfase à sua capacidade em fantasiar, (re)criar, e se desenvolver por via de um processo assente no “fazer sentido permanente”.

Na parte prática do trabalho tivemos como objectivo geral:

- Identificar o impacto que os referenciais teóricos têm nas narrativas que os educadores de infância produzem sobre a identidade (na criança) e a forma como entendem promover o seu desenvolvimento/construção na prática educativa diária.

Para o efeito, e no âmbito de uma investigação de cariz qualitativo, entrevistaram-se

perto de duas dezenas de Educadores, distribuídos por dois grupos: um grupo de Educadores Ecléticos (EE), (não vinculados a nenhum modelo pedagógico específico) e um grupo de Educadores do Movimento da Escola Moderna (EMEM).

No respeitante aos resultados obtidos, verificámos que o conceito de identidade não faz parte do vocabulário habitual destes profissionais (em qualquer dos grupos), e não é questionado nas suas práticas, ainda que tido como importante e assumido como *latente* ao seu trabalho.

Numa primeira fase, na definição do conceito de identidade, ambos os grupos (EE e EMEM) se apoiaram em referências múltiplas identificando-se uma grande influência das teorias subjacentes ao modelo *representacionista*, ainda dominante (poder outorgante dos contextos). Assim, a noção de identidade, para ambos os grupos, refere-se a um “eu resguardado e reflector” (a pressupor uma clivagem entre o “eu subjectivo e o mundo social”).

Já numa perspectiva de prática efectiva, no respeitante às estratégias utilizadas para o desenvolvimento da identidade, torna-se, a nosso ver, pertinente destacar o facto dos EE continuarem vinculados ao modelo *representacionista*, na valorização de uma “pedagogia de encontro”, enquanto os EMEM apresentaram uma prática baseada numa perspectiva argumentativa (valorização da linguagem) típica de uma “pedagogia de contrato”, próxima dos princípios do modelo *dialógico*. Constatou-se, assim, que estes últimos profissionais facultaram, numa perspectiva de acção pedagógica, as propostas do modelo a que se associam, ainda que não estivessem capazes de proceder à sua fundamentação. Tal permitiu-nos concluir que a existência de uma dada narrativa sobre como dinamizar práticas (neste caso por via do compromisso com um modelo pedagógico) não se traduz na garantia de uma maior capacidade reflexiva sobre os seus fundamentos.